

Gerência do sonho

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Se o presidente Itamar Franco é chegado ao sonho, certamente que curtiu de anteontem para ontem a sua noite de almirante, ninada pelas cantigas da vitória, e despertou em estado de graça, a alma leve e o espírito reconciliado com a vida, com o governo e com o Congresso.

É possível que as tensões e asperezas de uma briga tumultuada por incidentes seja responsável pelas ditorções das primeiras análises, embacando o brilho de um resultado de significação fundamental, emplacado em cima da linha divisória da radicalização: a derrota sinalizaria o fim do período útil do mandato de Itamar, condenando-o a permanecer como um fantasma, autoridade esvaziada, um lenço na cadeira da transição.

Antes de cuidar da administração do resultado, seria conveniente que o presidente, seus ministros do primeiro time, os assessores de fé e os palpiteiros juiz-foranos aproveitassem o remanso do fim de semana para a avaliação do episódio na sua exata dimensão, extraíndo do exercício das reflexões os ensinamentos indispensáveis à retificação da tática política.

Começando pelo mais fácil: a diferença aca-chapante, que cala a boca das desculpas da derrota, precisa ser debulhada para sua exata compreensão. Não é por acaso que a colheita de votos, na contra-mão da proposta popular do reajuste mensal de 100% dos salários, bate o martelo com 318 votos de deputados contra minguados 144 e, no Senado, amplia a vantagem, com 58 a 18. Mais do dobro dos votos, apurados em separado, de deputados e senadores.

É claro que não foi o choque de governo contra oposição. Não é por aí que passa o confronto parlamentar. Nem o governo está amparado por tal apoio nem a oposição pode exibir consistente bancada minoritária, de comprovada solidariedade.

O Congresso dividiu-se por muitas e até contraditórias motivações. Mas o traço mais fundo assinala os limites que apartam o lado de lá do lado de cá. O centro de pé atrás, fincado na resistência; a esquerda deslumbrada pelo favoritismo de Lula nas pesquisas e purgando os pecados da soberba e da inveja.

A arrogância açodada do PT, assumindo ares de dono da bandeira do reajuste integral dos salários, extremou divergências e definiu os espaços. Ninguém bota azeitona na empada da candidatura dos outros. E ficou claro que se o governo fosse derrotado, a vitória seria de Lula. Não sobraria nem a fumaça da ilusão de parceiro do êxito para o

PDT ou para os novíssimos parceiros do PSB — autores da extraordinária barganha do Ministério da Saúde pela garupa da derrota.

Ora, o PT assinou o projeto com o jamegão do deputado Paim Filho — o único a safar-se do desastre com a antecipada garantia de uma reeleição consagradora, com reposição multiplicada de votos. Comandou a festa no plenário e nas galerias. Quando cair em si, terá muito do que se arrepender. O comportamento da torcida organizada foi absolutamente deplorável, no desacato e agressão aos parlamentares, na grosseria dos insultos e moedas atiradas sobre senadores e deputados, submetidos ao vexame da explícita pressão de recorte ditatorial. As mesas da Câmara e do Senado serão obrigadas a adotar medidas que preservem o livre exercício do mandato e a liberdade do voto da coação das ofensas e das ameaças físicas.

De passagem, o PT expôs à desmoralização seu badalado Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Com toda a pose do nome sonoro, o Diap como que endoidou, rasgou a fantasia e produziu a mais estapafúrdia série de pesquisas de que se tem notícia. A cada rodada de índices, ampliava-se a certeza antecipada da vitória retumbante do PT. Números de tontear, coisa assim de 240 a favor dos 100% de reajuste salarial e a mixaria de 40 dos contra ou indecisos. Não há memória de mais descarada manipulação de dados. E não dá para apelar para a desculpa de erro. Pois não se trata de cavalar incompetência. É má fé mesmo.

Se depois da faxina da alma e de curtir a ressaca do alívio que quebrou a rotina das tensões, o presidente Itamar Franco refizer sua agenda, irá descobrir que ganhou a última batalha do ano no Congresso e, de quebra, uma oportuníssima trégua. O governo não tem mais nenhuma votação importante programada para os próximos meses. Agora é a vez do Congresso limpar sua pauta, votando a revisão da lei eleitoral, a reforma partidária e, se houver uma brecha, a regulamentação da participação dos empregados no lucro das empresas, antes do mergulho fundo na revisão constitucional.

Recolhendo-se à casca, o governo poderá cuidar de tocar programas e planos para obter o vazio administrativo e espichar a trégua. E, ficando de fora, quieto, sem inventar moda nem provocar crise, assistir à briga dos outros. Numa boa.

ganhou a
última
batalha do
ano no
Congresso.

* Comentarista político do JORNAL DO BRASIL

Itamar